CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ

PEDRO CUSTÓDIO ALÃO

ENTRE TESE E ANTÍTESE: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO NACIONALISMO EM "GEN PÉS DESCALÇOS" (1973)

Ribeirão Preto

2023

PEDRO CUSTÓDIO ALÃO

ENTRE TESE E ANTÍTESE: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO NACIONALISMO EM "GEN PÉS DESCALÇOS" (1973)

Trabalho de conclusão de curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de licenciado.

Orientador: Me. Yuri Araujo Carvalho

Ribeirão Preto

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

A276

Alão, Pedro Custódio
Entre tese e antítese: as representações sociais do nacionalismo em “Gen Pés Descalços” (1973)/ Pedro Custódio Alão - Ribeirão Preto, 2023.

51p.il

Trabalho de conclusão do curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Me. Yuri Araujo Carvalho

1. Representações sociais 2. Nacionalismo 3. Mangá I. Carvalho, Yuri Araujo II. Título

CDU 304.2

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB^{8} 9878

PEDRO CUSTÓDIO ALÃO

ENTRE TESE E ANTÍTESE: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO NACIONALISMO EM "GEN PÉS DESCALÇOS" (1973)

Trabalho de conclusão de curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de licenciado.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____
Me. Yuri Araujo Carvalho
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

_____
Dr. Rafael Cardoso de Mello
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

_____
Me. Gustavo Aranha Portella
Instituto de Ensino Infantil e Fundamental Liceu Albert Sabin – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

2023

Dedico este trabalho à minha família.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, agradeço ao meu professor e orientador Me. Yuri Araujo Carvalho por me auxiliar desde a definição da pesquisa até aos apontamentos e correções, às indicações das bibliografias e, sobretudo, à paciência em me escutar e orientar para o melhor caminho possível. Obrigado, camarada!

Ademais, gostaria de agradecer aos professores Dr. Rafael Cardoso de Mello e Me. Gustavo Aranha Portella pela dedicação na leitura da pesquisa e por todos os apontamentos levantados para uma melhor construção deste trabalho.

Aos outros professores do curso, minha eterna gratidão por tornarem minha formação tão completa.

Agradeço, também, aos meus colegas de turma pelos diálogos reflexivos acerca dos nossos trabalhos. Acredito que pudemos nos ajudar muito durante o ano. Além disso, gostaria de agradecer especialmente aos colegas João Pedro Lataro Festuccia, Thales Eduardo Sposito, Hugo Lousada Ferreira e Rafael Henrique Brito Jacobucci por toda risada e descontração nesse ano tão turbulento.

Por fim, agradeço a minha família por todo o apoio e torcida ao longo desse ano tão difícil para mim. Mãe, pai, irmãos, namorada, só vocês sabem as dificuldades que passei esse ano. Sem vocês este trabalho não seria possível. Muito obrigado por tudo.

“Não há nada tão sem sentido e terrível como a guerra e as armas nucleares. Sejam quais forem nossas diferenças, nós todos devemos trabalhar juntos para destruir esses monstros [...]. Nós devemos, sempre, de forma absoluta, ser contra a guerra”.

(Keiji Nakazawa)

RESUMO

Este trabalho objetiva identificar e compreender as representações sociais do nacionalismo presentes no mangá autobiográfico “Gen Pés Descalços” (1973), do autor japonês Keiji Nakazawa. Sustentamos a hipótese segundo a qual o autor representa tal nacionalismo (e a xenofobia enquanto um braço desse ideal) por meio do embate entre uma tese, representada em alguns personagens que reproduzem as ideias do governo nipônico (como os militares), e uma antítese, por intermédio dos protagonistas da obra. Por se tratar de uma pesquisa que se localiza no âmbito da História Cultural, dialogamos com o arcabouço teórico-conceitual das representações sociais desenvolvidas, sobretudo, pelo historiador francês Roger Chartier e pela historiadora brasileira Sandra J. Pesavento. Visamos contribuir para a emancipação de estudos culturais no Brasil que buscam servir-se de suportes e fontes que excedam o meio acadêmico, como as histórias em quadrinhos, visto que são produções culturais consumidas cotidianamente pela sociedade e que são carregadas de manifestações simbólicas e visões de mundo. Além disso, procuramos colaborar para uma nova perspectiva sobre o nacionalismo japonês, na medida em que traremos uma visão cultural até então não muito desvendada. A pesquisa consistirá, portanto, em escrutinar alguns trechos do primeiro volume do mangá de Nakazawa, nos quais as representações sociais do nacionalismo japonês se manifestam de maneira mais acentuada, apoiando-se em bibliografias sobre nacionalismo, xenofobia e conjunturas cultural, social e política japonesas durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Palavras-chave: representações sociais; nacionalismo; mangá.

ABSTRACT

This work aims to identify and understand the social representations of nationalism present in the autobiographical manga “Barefoot Gen” (1973), by Japanese author Keiji Nakazawa. We support the hypothesis according to which the author represents such nationalism (and xenophobia as an arm of this ideal) through the clash between a thesis, represented in some characters who reproduce the ideas of the Japanese government (such as the military), and an antithesis, through the protagonists of the work. As this is research that is located within the scope of Cultural History, we dialogue with the theoretical-conceptual framework of social representations developed, above all, by the French historian Roger Chartier and the Brazilian historian Sandra J. Pesavento. We aim to contribute to the emancipation of cultural studies in Brazil that seek to use supports and sources that go beyond the academic environment, such as comic books, since they are cultural productions consumed daily by society and are loaded with symbolic manifestations and world perspectives. Furthermore, we seek to contribute to a new perspective on Japanese nationalism, as we will bring a cultural vision that has not yet been revealed. The research will therefore consist of scrutinizing some excerpts from the first volume of Nakazawa's manga, in which the social representations of Japanese nationalism manifest themselves in a more pronounced way, based on bibliographies on nationalism, xenophobia and the Japanese cultural, social and political situation during the Second World War (1939-1945).

Keywords: social representations; nationalism; manga.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Daikichi discute as consequências da guerra **36**
Figura 2 – O “traidor” é questionado **38**
Figura 3 – Ufanismo policialesco **40**
Figura 4 – Discurso xenofóbico **42**
Figura 5 – Cartas aos soldados japoneses **45**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS 14
2.1 A Nova História Cultural 15
2.2 Representações sociais: compreendendo o conceito 17
2.3 Cultura, Representações e Memória 19
2.4 O uso das histórias em quadrinhos no campo historiográfico: possibilidade ou dificuldade? 21
3 UMA BREVE HISTÓRIA DA "TERRA DO SOL NASCENTE": DA ERA MEIJI À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1868-1945) 23
3.1 Era Meiji (1868-1912): a "ocidentalização" do Japão e o início da expansão imperialista 24
3.2 Era Taisho e Era Showa: Primeira Guerra Mundial, avanço colonial e o ultranacionalismo japonês (1912-1936) 27
3.2.1 A Coréia enquanto o primeiro alvo do avanço colonial nipônico 28
3.2.2 Os ultranacionalistas em cena: rumo a Segunda Guerra Mundial 29
3.3 O Japão na Segunda Guerra Mundial (1936-1945) 31
4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM "GEN PÉS DESCALÇOS": TESES E ANTÍTESES NACIONALISTAS 35
4.1 O "espírito samurai" e as consequências da Guerra 36
4.2 O "ultranacionalismo" japonês 39
4.3 Xenofobia: um outro braço do nacionalismo 42
4.4 O nacionalismo exacerbado e a xenofobia japonesa: dois polos interligados 44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 47
REFERÊNCIAS 49

1 INTRODUÇÃO

Recentemente, fez-se 78 anos da tragédia de Hiroshima e, como de costume, foram realizados diversos eventos memoriais com a finalidade de relembrar e discutir as consequências de conflitos nucleares.

> Às 8h15 no horário local (23h15 de sábado no Brasil), o sino da paz foi tocado para relembrar o momento em que milhares de pessoas morreram com o lançamento da bomba *Little Boy*. A cerimônia foi acompanhada por mais de 50 mil pessoas [...]. O primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, acompanhou o cerimonial e disse que o caminho para um mundo sem armas nucleares está "mais íngreme", mas lembrou que isso faz do tema um objetivo global ainda mais importante [...]. Na ocasião, as lideranças se comprometeram a alcançar o desarmamento, mas disseram que enquanto existissem armas nucleares, elas deveriam servir para deter a violência e evitar a guerra (HIROSHIMA..., 2023).

É perceptível, dessa maneira, que os ataques a Hiroshima e Nagasaki ainda conformam uma temática candente, na medida em que promovem discussões dentro de diversos âmbitos: políticos, econômicos, sociais, jornalísticos, culturais etc. No Japão, o tema é tratado (com toda razão) de maneira sensível, visando enaltecer a memória dos afetados e, sobretudo, trazendo reflexões dos legados deixados pelos bombardeios à sociedade nipônica.

Dentro de tal perspectiva, tornou-se comum para os japoneses abordar tal assunto nas produções culturais do país, as quais receberam um forte investimento no período pós-guerra (GONÇALVES, 2011). Os mangás[1] e os animes[2] foram as produções mais beneficiadas pelos investimentos culturais do governo e, assim, surgiram diversas narrativas que buscavam representar a Segunda Guerra Mundial e os bombardeios atômicos a Hiroshima e Nagasaki.

Podemos citar as mais clássicas produções dentro dessa temática: "Gen Pés Descalços (*Hadashi no Gen*)" (1973), de Keiji Nakazawa; "Túmulo dos Vagalumes (*Hotaru no Haka*)" (1988), de Akiyuki Nosaka; "Akira" (1987), de Katsuhiro Otomo; "Zipang" (2000), de Kaiji Kawaguchi, entre outras.

Na presente pesquisa, focaremos as atenções na obra "Gen Pés Descalços", do autor Keiji Nakazawa. O mangá tem como narrativa a história de um garoto de 6 anos de idade chamado Gen, que viveu com a sua família na cidade de Hiroshima durante o final da Segunda Guerra Mundial. A criança e a família, nesse contexto, viram e sofreram as consequências da guerra no país e, sobretudo, dos bombardeios atômicos (NAKAZAWA, 2003).

[1] Histórias em quadrinhos japonesas.
[2] Desenhos animados japoneses.

É de suma importância destacarmos que o autor do mangá, Keiji Nakazawa, é um sobrevivente do ataque a Hiroshima e por meio de suas experiências e dos depoimentos das pessoas que ele conhecia, escreveu a narrativa da obra. Ana Cristina Gonçalves (2011) considera a obra autobiográfica, pois o autor "compartilha seu testemunho, não o faz apenas como uma forma de reordenação do caos interior, mas também como um alerta, para que Hiroshima e Nagazaki não voltem a acontecer, como testemunha" (GONÇALVES, 2011, p. 100).

A partir do exposto, nesta monografia, visaremos identificar e compreender algumas representações sociais presentes no mangá "Gen Pés Descalços". Mais precisamente, nos debruçaremos sobre as representações do nacionalismo japonês, que se apresentam de maneira candente na obra de Nakazawa, visto que no contexto em que a narrativa se passava, houve um forte investimento do governo nipônico a um senso de unicidade nacional.

A nossa hipótese inicial era de que no mangá "Gen Pés Descalços" se apresentavam múltiplas representações sociais, como as da morte, da fome, da guerra; e todas elas seriam escrutinadas pela nossa pesquisa. Entretanto, ao esmiuçarmos a leitura da obra, percebemos a presença majoritária de outro tipo de representação social: a do nacionalismo japonês – e um de seus braços, que seria a xenofobia[3] contra coreanos, chineses, norte-americanos e britânicos.

Ademais, percebemos algo que estava mais escamoteado no mangá, que é a presença de um pensamento crítico à tese nacionalista japonesa, ou seja, uma antítese[4], presente na figura de um dos personagens. Dessa forma, dedicamos maiores esforços para desenvolvermos uma análise em cima de tais representações sociais.

A ideia de tal monografia surgiu do interesse e da paixão do autor pelas histórias em quadrinhos japonesas, especialmente por narrativas que possuem um forte teor político, como "Gen Pés Descalços". As HQs[5] fazem parte do cotidiano de muitos indivíduos que possuem o hábito da leitura por meio de páginas ilustradas. Até pouco tempo, tinha-se uma percepção de tais obras como subprodutos culturais e, para os mais conservadores, como subliteratura inadequada à formação cidadã. Entretanto, de acordo com Selma Bonifacio (2005), nos dias de hoje, tais produções tornaram-se importantes fontes de contribuição acadêmica, sob diversos olhares analíticos.

---

[3] De acordo com Cleide Vitorino e William Vitorino (2018), o conceito de xenofobia pode ser entendido como um comportamento de aversão ao estrangeiro que pode culminar em atitudes de violência física ou verbal.

[4] "Segundo Hegel, o mundo é resultado do choque das ideias contrárias, seguindo o esquema de tese, antítese e síntese [...]. A tese equivale à oposição de algo mediante a sua afirmação, assim como vem captado pelo intelecto, isto é, na sua imediatez e universalidade. Ao contrário, a antítese constitui a negação do que é posto na tese" (VASCONCELOS, 2014, p. 102-104).

[5] Histórias em quadrinhos.

Dentro de tal perspectiva, acreditamos que é crucial lidarmos com suportes e fontes que excedem o meio acadêmico, visto que as histórias em quadrinhos, por muito tempo, foram desvalorizadas em tal espaço (BONIFACIO, 2005). Além disso, concordamos com Sônia Luyten (1985), na medida em que os mangás são produções que trazem consigo, explícita ou implicitamente, discursos ideológicos e críticos. Assim, torna-se pertinente refletirmos que as HQs (ocidentais ou orientais), por serem produtos culturais que fazem parte do cotidiano social, podem ser fontes de pesquisa excepcionais no âmbito cultural.

Dessa forma, a nossa pesquisa pode contribuir para ampliar e diversificar os estudos na esfera da cultura e das representações sociais, além de trazer novas perspectivas sobre o nacionalismo japonês ao longo da primeira metade do século XX.

Podemos elencar esta monografia no quadro da História Cultural, uma vez que nos apoiaremos na análise de representações sociais, conceito esse que, nos últimos anos, tornou-se fundamental para os estudos "culturalistas" (PESAVENTO, 2006). Segundo Roger Chartier (1991), as representações sociais são mecanismos de uma percepção ou de um objeto ausente que passam a ser, de certa forma, "substituídos" por uma nova "imagem" capacitada para restitui-los na memória. Tais imagens, para o autor, podem ser materiais ou não.

De acordo com Ana Cristina Gonçalves (2011), as representações sociais nas produções culturais promovem um efeito nas imagens produzidas pelos indivíduos, sobretudo, em relação ao passado. Ademais, para a autora, uma pesquisa do campo cultural, que traga como fontes aspectos literários, cinematográficos, musicais, dentre outras expressões da arte, possibilita uma vasta compreensão das representações do passado e do presente.

Além disso, trabalharemos com as definições de memória, dialogando com Michael Pollak (que traz a questão da memória coletiva e herdada) e com Jacques Le Goff, ampliando a discussão da memória como um instrumento de poder.

Diante do exposto, produziremos uma pesquisa qualitativa[6], na qual identificaremos e compreenderemos trechos do mangá "Gen Pés Descalços" (buscando escrutinar como se apresentam as representações sociais do nacionalismo japonês), apoiando-nos em bibliografias sobre conjuntura japonesa, nacionalismo e xenofobia.

[6] As diferenças entre pesquisas qualitativas e quantitativas são delineadas por Antônio Carlos Gil nos seguintes termos: "A análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório" (GIL, 2002, p. 133).

Para isso, esta pesquisa será dividida em três capítulos. Inicialmente, traremos algumas reflexões sobre o advento da Nova História Cultural, a partir da qual surgiram alguns conceitos importantes para o desenvolvimento deste trabalho, como as representações sociais e a memória. Ademais, promoveremos uma discussão sobre o uso das histórias em quadrinhos no âmbito historiográfico.

No segundo capítulo, elucidaremos uma breve e concisa história do Japão, com o intuito de canalizar a conjuntura na qual o enredo do mangá se passa. Trataremos, da Era Meiji (1868-1912) à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos de tais períodos em que os nipônicos, ao mesmo tempo em que se desenvolveram, fomentaram um maquinário imperialista sem precedentes.

Por fim, o terceiro capítulo será destinado à análise da obra de Keiji Nakazawa, na qual visaremos escrutinar as representações sociais do nacionalismo japonês, da xenofobia como um braço de tal ideologia e das relações promovidas pelo *mangaká*[7] entre os personagens representantes da tese e da antítese nacionalista. Desejamos a todos uma boa leitura!

[7] Termo utilizado para definir os profissionais que atuam como autores de histórias em quadrinhos (mangás) no Japão.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

A partir da segunda metade do século XIX, a História enquanto disciplina acadêmica se consolidava nas universidades europeias, trazendo elementos que vinham se estabelecendo desde meados do século XVII que se reuniram, à época, com o pensamento dos historiadores em formação para desenvolverem as regras da metodologia que se deveria adotar para a produção de uma compreensão histórica. Essa linha de pensamento ficou conhecida como "escola metódica" no campo historiográfico (CARDOSO, 2011).

A escola metódica desenvolveu uma concepção histórica empirista que buscava manusear imparcialmente o que ela chamava de "fontes oficiais", entendidas como somente textos escritos. Ademais, acreditava-se

> que um conhecimento verdadeiro da história que os homens fizeram coletivamente no passado (a história-objeto) podia ser atingido pela história-disciplina [...] mediante um trabalho adequado daqueles profissionalmente treinados na manipulação, crítica e objetiva, dos testemunhos ou fontes (CARDOSO, 2011, p. 3).

Contudo, a partir do início do século XX, a escola metódica passou a receber diversas críticas que abriram as portas para novas concepções e metodologias da pesquisa histórica. Nessa conjuntura, surgiram diversas novas possibilidades de se trabalhar com o passado, mas não podemos deixar de destacar a escola dos *Annales*, que se tornou, de certa maneira, uma das máximas influências no desenvolvimento da historiografia ocidental ao longo do século XX (BURKE, 1997).

Sendo assim, nesta pesquisa, na qual utilizaremos um mangá – história em quadrinhos japonesa – como fonte principal, é fundamental discorrermos sobre o movimento dos *Annales* que surgiu como uma corrente combatente à escola metódica, sobretudo francesa, e que trouxe como destaque a possibilidade de uso de novas fontes e no surgimento de novos temas para a pesquisa histórica.

É imprescindível neste capítulo, portanto, discutirmos a importância dos *Annales* para o advento de novos tipos de fontes históricas e, consequentemente, para um novo horizonte historiográfico que irá florescer a partir da segunda metade do século XX, como a Nova História Cultural (BURKE, 2005). Ademais, é de suma importância compreendermos alguns conceitos e teorias que irão contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa, como as representações sociais, a memória e as possibilidades de uso das artes sequenciais para a pesquisa histórica.

2.1 A Nova História Cultural

A escola dos *Annales* foi fundada em 1929 pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre e surgiu em um ambiente acadêmico com um clima renovado e com forte abertura a mudanças intelectuais, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial. Esse movimento tinha como principal objetivo a "[...] ruptura com a noção historicista tradicional de um tempo uniforme em progressão linear [...] também da negação da existência de um único ponto de referência temporal que possa organizar uma narração simples centrada em tal referência" (CARDOSO, 2011, p. 10). A partir disso, os intelectuais dos *Annales* divulgaram novas visões e novas alternativas para a produção historiográfica.

Peter Burke (1992) discorre que a história renovada passou a se interessar por toda ação humana e trouxe a ideia de que tudo tem uma história, "[...] ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. Daí a expressão 'história total', tão cara aos historiadores dos Annales" (BURKE, 1992, p. 11). Com isso, novos temas de pesquisa, que antes sequer eram imaginados como possuidores de uma história, passaram a ganhar destaque. "O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma 'construção cultural', sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço" (BURKE, 1992, p. 11).

Dessa forma, é evidente como o movimento dos *Annales* reformulou a história cientifica e influenciou a historiografia ocidental por toda segunda metade século XX. Se atualmente temos a possibilidade de trabalhar com diversos temas e objetos no âmbito acadêmico, devemos um pouco disso aos *Annales*.

> Dentre os movimentos intelectuais surgidos no século XX no ambiente específico dos historiadores profissionais, o dos *Annales* foi, de longe, o mais influente na construção de uma história científica por sua insistência na formulação de hipóteses verificáveis (a "história-problema"); por seu espírito crítico muito desenvolvido quanto às possibilidades e os limites efetivos da documentação; pela visão global que, recusando a singularidade do "fato histórico" isolado, abriu possibilidades de sistematização, de visão holística e estrutural; e por sua abertura a novos métodos, técnicas e problemáticas, o que permitiu que a história se aproveitasse, criticamente, dos avanços de outras ciências (CARDOSO, 2011, p. 11).

Dentre as possibilidades que surgiram após o advento da escola dos *Annales*, está a "Nova História Cultural", expressão essa que ganhou força nos anos 1980. Para Burke (2005), essa modalidade historiográfica é chamada de "nova", pois é para salientar que há grandes diferenças entre a nova e as antigas compreensões de História Cultural.

Entre os anos de 1950 e 1960 a História Econômica e a História Social – história econômico-social – foram as linhas historiográficas que ocuparam um lugar de maior destaque

e influência no âmbito acadêmico da História. Cardoso (2011) destaca que, nessa conjuntura, tais linhas historiográficas apresentavam influências de outros traços, como de algumas correntes marxistas e do movimento dos *Annales*. A história econômico-social se caracterizava pelos seguintes aspectos:

> [...] (1) pela diminuição da concentração na política e nas instituições como objetos de estudo e uma preferência por temáticas econômicas, sociais stricto sensu (hierarquia e estratificação, movimentos sociais, mobilidade social) e demográficas; (2) por uma visão antissubjetivista e anti-individualista da sociedade, aceitando como base teórica que ela existe objetivamente, tal como a causalidade social; as explicações não se baseavam, como na história "tradicional", no sujeito, segundo a visão burguesa da sociedade como soma de indivíduos, e já não se insistia nas intenções subjetivas como explicação; a subjetividade, mais do que explicativa, deve ser explicada e reflete um contexto social; (3) o sujeito é social, coletivo, e a causalidade transcende as vontades individuais, que podem não perceber as verdadeiras causas; (4) a esfera social e econômica forma uma estrutura objetiva, autônoma, cujo funcionamento produz significados intrínsecos: a esfera do mental e do cultural consiste em representações do ser social (CARDOSO, 2011, p. 15).

Contudo, o início dos anos 1980 marcou um crescente interesse pela cultura e trouxe, de certa forma, uma flexibilização dos aspectos – mostrados anteriormente – que a história econômico-social se caracterizava, sobretudo no que tange aos vínculos entre a consciência e o contexto social. O historiador José D'Assunção Barros discorre que, nesse contexto, havia a emergência do surgimento de uma nova linha historiográfica, de uma Nova História Cultural (BARROS, 2011). De acordo com Cardoso, falava-se "[...] de uma autonomia relativa da cultura, ou do imaginário, ou também da política [...]. Acredita-se em um papel mais ativo dos indivíduos na formação dos significados [...]" (CARDOSO, 2011, p. 15).

Dessa forma, a Nova História Cultural vai surgir com características distintas das linhas historiográficas que possuíam um lugar de destaque mais acentuado na academia, visto que os diálogos interdisciplinares se tornam mais presentes na Nova História Cultural, ligando a História com outras áreas do saber (como a Psicologia, a Antropologia, dentre outros) (BARROS, 2011). Além disso:

> Os historiadores culturais separam-se do objetivismo. Eles acreditam que as ações não podem reduzir-se a reflexo ou efeito das estruturas e afirmam o interacionismo simbólico, pois também é verdade que as estruturas não podem ser reduzidas a efeitos das ações [...]. A ação remete causalmente à experiência e às representações, mas estas remetem ao mundo; a realidade social é captada mediante os recursos culturais disponíveis e só assim se torna ação, mas essa realidade impõe limites significativos que os sujeitos não estão livres de ultrapassar. As categorias cognitivas dos sujeitos são interiorizações simbólicas da realidade, que lhes é externa e existe independentemente delas (CARDOSO, 2011, p. 17).

A partir daí, a Nova História Cultural passou a ganhar destaque nas produções historiográficas do final do século XX. Ademais, as noções conceituais que se referem aos

termos de “práticas” e “representações” tão bem trabalhadas pelos autores “pais” dessa Nova História Cultural – Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Michel Foucault, dentre outros (BURKE, 2005) – têm se tornado muito úteis nas pesquisas historiográficas culturais dos dias atuais. Nesta pesquisa do âmbito da História Cultural não será diferente, uma vez que o conceito de “representações sociais” será o fio condutor.

2.2 Representações sociais: compreendendo o conceito

Como vimos, os estudos culturais passaram por um processo de renovação a partir do final do século XX. A chamada “Nova História Cultural” ganhou um lugar de destaque nas pesquisas historiográficas ao redor do mundo. Concordamos com Sandra J. Pesavento quanto a sua ideia de que esse novo entendimento da cultura trouxe uma agregação positiva aos estudos históricos. Para a autora:

> [...] a cultura é vista como uma produção social e histórica a se expressar, através do tempo, em valores, modos de ser, objetos, práticas. A cultura é ainda uma forma de leitura e tradução da realidade que se mostra de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais apresentam-se de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa. A cultura é uma tradução do mundo em significados, não é o reflexo dessa realidade (PESAVENTO, 2006, p. 46).

Sendo assim, as pesquisas historiográficas culturais se tornam complexas, visto que, se a cultura é uma forma de compreensão da realidade, por meio de símbolos, palavras e ações, faz-se necessário adotar uma postura interdisciplinar nos estudos de determinado tema ou objeto. Pesavento (2006) nos diz que trabalhar com cultura é estar em constante dialogo com outros campos do saber. Ademais, é inconcebível compreender a História sem homens, sem ações, sem o social e sem interação. “É cabível, é lógico retirar a vida da História?” (PESAVENTO, 2006, p. 46).

Um dos conceitos mais vitais e, portanto, mais trabalhados nos últimos anos nas pesquisas culturais é o das “representações sociais”. Esse conceito foi primeiramente utilizado pelos sociólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim no início do século XX com a construção de uma ideia de um mundo paralelo de representações que se sobrepunha ao real. Sendo assim, podemos dizer que esse conceito foi apropriado pelos historiadores para compreender tal “[...] fenômeno presente em todas as culturas ao longo do tempo” (PESAVENTO, 2006, p. 49).[8]

[8] É possível, ainda, rastrear o emprego das representações no pensamento marxiano. Em “A sagrada família” (1845), por exemplo, Marx – ao criticar Proudhon – assevera: “Ele levou a sério a aparência humana das relações político-econômicas e a antepôs bruscamente à realidade efetiva inumana delas. Ele constrangeu tais relações a

Podemos elencar, nos últimos anos, diversos historiadores e teóricos de outras áreas do saber, como da sociologia e da psicologia social, que se dedicaram às pesquisas nas quais as representações sociais são o foco central[9]. Entretanto, neste trabalho, nos debruçaremos sobre as concepções de duas grandes referências para o estudo das representações sociais: Roger Chartier (1991) e Sandra J. Pesavento (2006).

Roger Chartier compreende que a História Cultural pode ser explorada pelas noções das "práticas" e das "representações". Para ele, os objetos culturais são desenvolvidos no diálogo entre esses dois núcleos, pois os sujeitos que os desenvolvem circulam entre essas duas noções (BARROS, 2011). A representação, para o autor, "[...] é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma 'imagem' capaz de repô-lo em memória e de 'pintá-lo' tal como é" (CHARTIER, 1991, p. 184). Sendo assim, as representações sociais não são neutras, uma vez que são sempre estabelecidas pelas preferências de uma determinada sociedade, grupo ou indivíduo.

Na concepção das representações sociais desenvolvida por Sandra J. Pesavento (2006), podemos enxergar um forte diálogo com os escritos de Chartier (1991). Para Pesavento (2006), as representações sociais são a maneira de como os homens elaboram ideias sobre a realidade, que se retratam em práticas, discursos e imagens. Ademais, a historiadora traz outros apontamentos que podem contribuir para um melhor entendimento da noção de representação:

> Ação humana de *re-apresentar* o mundo – pela linguagem e pela forma, e também pela encenação do gesto ou pelo som -, a representação dá a ver e remete a uma ausência. É, em síntese, 'estar no lugar de'. Com isto, a representação é um conceito que se caracteriza pela sua ambiguidade, de *ser e não ser* a coisa representada, compondo um enigma ou desafio que encontrou sua correta tradução imagética na *blague* pictórica do surrealista René Magritte, como suas telas 'Isto não é um cachimbo', ou 'Isto não é uma maçã' (PESAVENTO, 2006, p. 49).

Em relação à pesquisa que aqui será desenvolvida, concordamos com Ana Cristina Gonçalves (2011) – que tem um trabalho sobre as representações sociais do bombardeio de Hiroshima, ocorrido em 1945 – na medida em que não estamos empenhados em apenas compreender como o passado foi retratado, mas também entender, de certa forma, como as

serem na realidade efetiva aquilo que são nas suas representações de si, ou antes, a abandonar suas representações de si e a admitir sua inumanidade efetivamente real. Coerentemente, portanto, ele apresenta como o falsificador das relações político-econômicas não esta ou aquela espécie de propriedade privada, de maneira parcial, como os demais economistas políticos, mas sim, de maneira universal, a pura e simples propriedade privada. Ele conseguiu tudo que a crítica da política econômica pode conseguir do ponto de vista econômico político" (MARX apud NETTO, 2012, p. 127).

[9] Conferir: Serge Mocovici, em "A representação social da psicanálise" (1978) e "Representações sociais: investigações em psicologia social" (2005); Jean Piaget, em "A representação do mundo na criança" (1979); Pierre Bourdieu, em "Questões de sociologia" (1983); Denise Jodelet, em "As representações sociais" (1989), entre outros.

representações nos auxiliam na compreensão do presente. Para Gonçalves (2011), além do passado imediato, a política do presente afeta diretamente nas produções de dentro de determinada cultura: “especificamente falando do Japão, a cultura e suas produções foram e são influenciadas diretamente pelas várias molduras do passado por meio de textos escritos ou imagéticos” (GONÇALVES, 2011, p. 52-53).

Podemos concluir, de certa maneira, que as representações sociais não possuem neutralidade, uma vez que a visão de mundo de um indivíduo ou de um grupo (que “representa”) será explicitada, na medida em que se torna perceptível como inferem sobre a sua realidade (GONÇALVES, 2011).

2.3 Cultura, Representações e Memória

Se a História é composta por narrativas que preenchem as lacunas do tempo, a memória é o que resgata, por meio de imagens, o que já foi vivido por determinado indivíduo ou grupo. A História, nessa perspectiva, tem o intuito de ajudar a memória a reparar os seus erros (LE GOFF, 1988).

Nesse sentido, para continuarmos com as reflexões e compreensões das noções de cultura e representação, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, precisamos nos debruçar no entendimento da memória, uma vez que Pesavento (2006) discorre que esses conceitos não podem estar distantes. “Como pensar, pois, em representações, sem ter em conta essa capacidade tão especificamente humana de armazenamento de *idéias-imagens* que transmitem significados?” (PESAVENTO, 2006, p. 51).

Na dualidade entre as lembranças e o esquecimento da memória há uma construção cultural e histórica. Um grande desafio para os historiadores culturais é buscar compreender quais razões e quais sentimentos conduziam os homens no passado. É aí que a análise da memória, assim como das representações, faz-se necessária em estudos historiográficos culturais.

Michael Pollak (1992) discorre que na compreensão do senso comum a memória geralmente é associada unicamente a uma condição individual. Contudo, também devemos entender a memória como um fenômeno coletivo que está submetido a mudanças constantes. Existem alguns elementos que podemos mobilizar para compreender a noção de memória:

> Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que,

> no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não [...]. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 2).

A memória herdada tem um forte papel na construção do sentimento de identidade, visto que, em determinada sociedade, podem ocorrer eventos traumáticos que ficarão marcados na memória coletiva e que serão herdados ao longo de muitos anos. Em alguns casos, o indivíduo não vivenciou um acontecimento traumático, mas por conta da transmissão da memória, se constrói um sentimento de pertencimento.

É nesse momento que está situada a problemática da memória, pois se ela é herdada, ela sofre flutuações e pode ser modificada de acordo com os interesses políticos e sociais de um determinado contexto. Le Goff (1988) nos diz que "[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder" (LE GOFF, 1988, p. 410). Nessa perspectiva, Pollak (1992) discorre que as demandas do momento constituem o desenvolvimento da memória: "[...] a memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo" (POLLAK, 1992, p. 4).

No Japão, podemos enxergar, de certa maneira, essas disputas e flutuações da memória nacional. Segundo Ana Cristina Gonçalves (2011), as produções culturais do pós-guerra no Japão prestigiaram as narrativas do cidadão comum japonês para, assim, construir uma memória coletiva com foco na posição do Japão apenas como vítima do conflito, "[...] deslocando a questão da responsabilidade do estado nacional, da escrita dessa parte da história/memória, construiu-se toda uma memória da perspectiva de quem apenas sofreu com a bomba atômica" (GONÇALVES, 2011, p. 94).

Ao trabalharmos, portanto, com as representações sociais do nacionalismo em "Gen Pés Descalços" (1973), um mangá considerado autobiográfico – o autor da obra, Keiji Nakazawa, é um *Hibakusha*[10] e produziu o mangá com o intuito de contar a sua história por meio da sua experiência e a de outros sobreviventes –, a compreensão das noções de memória trazidas anteriormente é fundamental, visto que, em narrativas baseadas em experiências traumáticas reais, "[...] sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação" (POLLAK, 1992, p. 2).

[10] Expressão utilizada para denominar os sobreviventes dos bombardeios atômicos.

2.4 O uso das histórias em quadrinhos no campo historiográfico: possibilidade ou dificuldade?

As artes sequenciais (EISNER, 2010), até pouco tempo, eram alvos de preconceito por uma grande parcela da sociedade, uma vez que as histórias em quadrinhos – assim como os mangás –, enquanto produções culturais, não tinham o mesmo lugar de destaque se comparadas a outras modalidades literárias. Para Sônia Luyten (1985), pesquisadora especialista em histórias em quadrinhos e cultura pop japonesa, tais discriminações, apesar de ainda frequentes, diminuíram consideravelmente e as HQs estão cada vez mais consolidadas como importantes produções culturais. Dessa forma, nos últimos anos é recorrente encontrarmos os quadrinhos em diversas áreas do conhecimento, uma vez que, de acordo com a autora, "[...] elas são excelente veículo de mensagens ideológicas e de crítica social explícita ou implicitamente" (LUYTEN, 1985, p. 7).

Na área acadêmica as HQs também eram vistas com esses olhares discriminatórios, visto que eram entendidas como subprodutos culturais e subliteratura pelos intelectuais e educadores ocidentais, apesar de toda força comunicativa que um quadrinho pode conter (LUYTEN, 1985). Veremos que, no campo da História, essas concepções acerca do uso das histórias em quadrinhos em pesquisas, apesar de ainda presentes, têm mudado ao longo das últimas décadas.

Como asseveramos anteriormente, a linha historiográfica chamada de "Nova História Cultural" abriu as portas para um maior destaque de novos temas e de novos objetos de pesquisa. Produções culturais como a literatura e o cinema, por exemplo, foram desbravadas em diversas pesquisas ao longo dos últimos anos. As HQs, entretanto, até o início do século XXI, não foram prestigiadas ao mesmo nível do que as outras produções culturais já citadas. Como demonstrado por Thiago Monteiro Bernardo, em seu trabalho publicado no XXVI Simpósio Nacional de História, os quadrinhos até pouco tempo eram considerados um objeto periférico no campo historiográfico (BERNARDO, 2011).

A partir do início do século XXI muitos pesquisadores buscaram se aventurar no uso das HQs como fontes para os seus trabalhos (BERNARDO, 2011). Contudo, é perceptível a permanência da discussão sobre quais as possibilidades de uso dos quadrinhos enquanto objetos de investigação. De acordo com André Fonseca e Jéssica Martins (2019), essa discussão ainda é recorrente devido às complexidades de análise de um material que junta a linguagem escrita e visual. Nesse sentido, para Thiago Bernardo (2011), esses elementos complexos se intensificam, pois "[...] o aspecto visual das HQs não é simplesmente ilustrativo. Ele pode ser

escalonado em diferentes níveis de complexidade e articulado junto ao texto, narrar, emocionar e inscrever sentidos" (BERNARDO, 2011, p. 8). São nesses aspectos, porém, que surge a possibilidade do uso dos quadrinhos em uma pesquisa histórica.

Ao trabalhar com elementos visuais, é dever do historiador, segundo Bernardo (2011), percorrer o ciclo de seu desenvolvimento, consumo e da sua relação com a sociedade. As histórias em quadrinhos, enquanto narrativas visuais e escritas, podem ser reveladoras de seu mundo externo: "[...] seja analisando sua estrutura linguística e estética, nas suas inserções em redes intertextuais e intervisuais (relacionados à iconosfera) ou nos aspectos semânticos de suas narrativas" (BERNARDO, 2011, p. 9).

É possível, dessa maneira, ligarmos essas afirmações à questão das representações, visto que, se as HQs podem ser reveladoras de seu mundo externo, elas podem, portanto, ser utilizadas para a difusão de ideias, valores e princípios de um determinado indivíduo, grupo ou sociedade.

Por fim, neste trabalho, concordamos com Gonçalves (2011) na medida em que a análise das representações sociais em HQs, apesar de não possuírem um lugar de destaque no campo da História:

> [...] ninguém pode negar que essas representações tiveram um impacto crucial nas imagens mentais formuladas sobre o nosso passado. Essas imagens podem até produzir certa tensão ao se confrontarem com os moldes acadêmicos de pesquisa; de uma maneira ou de outra, porém, sem essas narrativas, a nossa recepção de todas as outras narrativas históricas, tanto factuais como fictícias, teriam, sem dúvida, sidas menos vivas e urgentes. A história contada a partir da literatura, cinema, música e outras expressões artísticas não são apenas histórias representadas a partir de diferentes suportes, estilos, escolas e talentos individuais, mas é, também, uma grande contribuição para a compreensão da relação do imaginário com o passado, nos ajudam a compreender como essas construções textuais se deram em diferentes tempos e nos mostram as diferenças de um espaço para outro (GONÇALVES, 2011, p. 15-16).

3 UMA BREVE HISTÓRIA DA "TERRA DO SOL NASCENTE": DA ERA MEIJI À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1868-1945)

Quando buscamos refletir e discorrer sobre o Japão e sobre o povo japonês, é fácil reproduzirmos diversos estereótipos que são comuns de se escutar, apesar de já estarmos familiarizados com a grande comunidade japonesa que vive no Brasil, com as diversas produções culturais que fizeram e fazem sucesso entre os jovens, com a culinária que nos últimos anos se popularizou nos chamados "rodízios", com os carros da Toyota que ficam entre os mais vendidos do país e com os eletrodomésticos de marcas japonesas que "invadiram" as casas dos brasileiros (SAKURAI, 2007). Contudo, Célia Sakurai, historiadora e antropóloga brasileira, nos diz que "[...] a familiaridade não tem sido suficiente para destruir os estereótipos" (SAKURAI, 2007, p. 10), pois, para a autora, "[...] não só de Hondas e Toyotas se fez o Japão. Ao lado de produtos e mercadorias, os japoneses exportaram seus mitos, seus samurais, seus monstros" (SAKURAI, 2007, p. 11).

Podemos enxergar que tais estereótipos e concepções limitadas sobre o Japão refletem também no ambiente acadêmico. Existe hoje no Brasil a predominância de pesquisas voltadas às problemáticas ocidentais, enquanto as pesquisas que buscam compreender e analisar os embaraços do Oriente andam em passos curtos rumo a um certo lugar de destaque nas universidades brasileiras.[11] Nações que, de certa maneira, são protagonistas no cenário geopolítico mundial, como Japão, China e Índia, são pouco exploradas nas universidades.

Nesta pesquisa, na qual o objetivo principal é identificarmos e compreendermos algumas representações sociais no mangá "Gen Pés Descalços", de Keiji Nakazawa, é de suma importância entendermos não só a conjuntura em que o enredo do mangá se desenvolve, mas também compreendermos o contexto em que o mangá foi produzido. Para isso, é crucial que busquemos desde a Era Meiji – em que o Japão começou a se industrializar e abriu espaço para o fortalecimento de laços comerciais com o Ocidente, depois de séculos com as portas fechadas (MOTOYAMA, 1969) – até a importantíssima e problemática participação do país na Segunda Guerra Mundial.

[11] Algumas universidades destacam-se nas linhas de pesquisa em estudos japoneses, como: "Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa" da USP e a revista de pesquisas sobre o Japão "Hon no Mushi" da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

3.1 Era Meiji (1868-1912): a "ocidentalização"[12] do Japão e o início da expansão imperialista

Entre meados dos séculos XVI e XVII, o Japão abriu espaço para um rápido e produtivo contato com alguns europeus, dentre eles portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses (MOTOYAMA, 1969). Contudo, os conflitos causados pela propagação exacerbada do cristianismo em território nipônico fizeram com que o *Bakufu (xogunato)*[13] ordenasse a proibição da disseminação do cristianismo em 1614 e, posteriormente, em 1639, não permitisse o contato e o comércio com o Ocidente. De acordo com Perry Anderson, esse apartamento se deu por conta do "[...] medo bem fundado de que as missões católicas que tinham se estabelecido no Japão eram uma ponta de lança ideológica para infiltração militar e política europeias" (ANDERSON, 2004, p. 440). Para Sakurai (2007), os japoneses, de forma geral, estavam fartos das mudanças e dos conflitos promovidos pelo contato com os europeus. Além disso:

> [...] o xogunato estava interessado antes de tudo, na estabilidade interna. O contato com os estrangeiros, de uma forma ou de outra, ameaçava o instável domínio dos Tokugawa. Os próprios japoneses foram proibidos de saírem das suas fronteiras. Pior. Os que estavam no território estrangeiro foram impedidos de retornarem (MOTOYAMA, 1969, p. 94).

Portanto, o Japão passou por um período de mais de dois séculos sem contato direto com grande parte do Ocidente, mantendo somente relações comerciais e políticas com a Ásia e com os holandeses por meio do porto de Nagasaki (MOTOYAMA, 1969). Nesse intervalo, os Tokugawa dominaram o país e estabeleceram "[...] um sistema de fiscalização permanente sobre os suseranos, impossibilitando-os de se sublevarem. Instituíram uma rígida hierarquia social constituída por *bushi* (samurais), agricultores e comerciantes. Além dessas classes, existiam a dos nobres e a dos *senmin* (plebe)" (MOTOYAMA, 1969 p. 95).

---

[12] Termo utilizado por Shozo Motoyama em seu artigo para a revista "Estudos japoneses" da Universidade de São Paulo (USP) intitulado "Ciência, cultura e a tecnologia e a restauração Meiji" (1994) e por Jaqueline de Sá Ribeiro em sua dissertação intitulada "As transformações sociopolíticas e culturais no Japão da Era Meiji (1868- 1912) a partir das Cartas do Japão, de Wenceslau de Moraes" (2017).

[13] "A hegemonia militar do clã Tokugawa foi consagrada com o final da notória Batalha de Sekigahara em 1600, que pôs fim ao período de guerras civis e coroou o processo de unificação do Japão. Com a ajuda de poderosos aliados e daimiôs, Tokugawa Ieyasu (徳川家康; 1543-1616) foi o grande vencedor da batalha, tornando-se assim o senhor feudal mais poderoso do império na época. Em 1603, após centralizar e consolidar seu poder, recebeu diretamente do imperador o título de sei-i-taishôgun (征夷大将軍), que literalmente significa 'chefe em comando das forças de expedição contra os bárbaros', ou simplesmente 'xogum' [...]. O regime estabelecido por Tokugawa Ieyasu ficou conhecido como 'xogunato Tokugawa' assim como bakuhan 幕藩, por ser uma combinação do governo do xogum (bakufu 幕府) e de aproximadamente 260 feudos (han 藩) dirigidos por senhores feudais (daimyô 大名), indicados pelo xogum" (MARQUES, 2014, p. 9).

Contudo, para Jaqueline de Sá Ribeiro, "[...] o Japão nesse período não era estático, era cheio de contradições, conflitos e insatisfações" (RIBEIRO, 2017, p. 30), devido às profundas mudanças internas provocadas pelo *Bakufu* que abalaram consideravelmente a ordem social do Japão durantes esses séculos (SAKURAI, 2007), ao ponto de, segundo Walker (2017), ocorrerem mais de 2.800 revoltas camponesas.

Sendo assim, o *xogunato* lidava com um cenário interno abalado e, a partir do início do século XIX, os japoneses passaram a sofrer pressões externas para que se abrissem ao exterior, sobretudo ocidental. Para Sakurai, "esse fato e as mudanças internas pelas quais havia passado fariam com que o Japão entrasse numa nova era, como uma nova peça no tabuleiro internacional" (SAKURAI, 2007, p. 118). Ademais:

> O xogunato resistiu até meados do século quando, em 1853, aportou em Edo a esquadra dos *kurofunê* (navios negros), do comodoro Mathew Calbraith Perry (1794-1858). Ele portava uma carta do então presidente dos Estados Unidos, Millard Fillmore, em que exigia a abertura dos portos japoneses com a finalidade de estabelecer depósitos de carvão e de abastecer os navios mercantes e baleeiros que cruzavam o pacífico, nas viagens de ida e volta da China. Os Estados Unidos também buscavam a expansão de seus mercados para fazer frente à Grã- Bretanha. [...] A chegada dos ocidentais gerou comoções e divergências em todo o Japão (RIBEIRO, 2017, p. 30).

Em 1867, após quase 15 anos de discussões diplomáticas e conflitos de interesse em jogo, o *xogunato* abriu mão do seu poder político e, a partir daí, o controle Estatal voltou para a família imperial de Kyoto representada na figura do imperador Matsu-Hito Meiji. Com isso, se iniciava o "reinado iluminado", a Era Meiji (SAKURAI, 2007).

O início da Era Meiji foi simbolizado pela substituição da capital no ano de 1869. O imperador, com o intuito de mostrar para a população o início de novos tempos, deixou de lado a tradicional cidade de Kyoto e transferiu o centro político do país para a cidade de Edo, que a partir daí passou a se chamar Tóquio, representando a renovação (RIBEIRO, 2017).

Nesse sentido, a missão do imperador Meiji era modernizar o Japão, sobretudo, aos olhos dos países estrangeiros. Estabeleceu-se um poder de traços "absolutistas", com o desenvolvimento de uma nova constituição na qual, segundo Sakurai (2007), o imperador passava a ser considerado um deus vivo, "[...], mas não mais como eram interpretadas as divindades japonesas até então e sim um deus todo-poderoso como na acepção judaico-cristã" (SAKURAI, 2007, p. 141), com o empenho de unir a nação para a construção de um novo Japão. Para Motoyama (1969), os japoneses, de certa forma, se empenharam na libertação dos costumes "medievais" da fase anterior e passaram a forçar um processo de ocidentalização do país. Ao mesmo tempo

> [...] começou-se igualmente um trabalho sério de modernização compatível com uma nação desenvolvida. Para isso foi importante o papel desempenhado por pensadores iluministas como Yukichi Fukuzawa, Amane Nishi, Mamichi Tsuda e outros, divulgando não só as ideias ocidentais, mas também adaptadas à realidade japonesa (MOTOYAMA, 1969, p. 98).

Esse empenho em busca do "novo" tinha um objetivo:

> A modernização planejada obteve bastante concordância e apoio nas primeiras décadas após a Restauração Meiji. Para levá-la adiante, os promotores da idéia achavam necessário "inventar uma nação", retirar os privilégios dos senhores e dos samurais, derrubar barreiras regionais e locais, doutrinar a população e as elites no sentido de adotarem o modo capitalista de pensar e viver (SAKURAI, 2007, p. 144).

Houve um forte investimento na industrialização para alcançar uma maior estabilidade econômica e política, visto que as principais potências internacionais já tinham passado por esse processo. Com isso, Ribeiro (2017) destaca que, a partir de 1890, o governo passou a priorizar questões voltadas ao cenário internacional. Para a autora, "o nacionalismo começou a adquirir um caráter imperialista agressivo" (RIBEIRO, 2017, p. 58). Motoyama (1969) discorre que a industrialização foi direcionada ao poderio militar do país. O pensamento era de que para uma nação ser livre precisava ser forte militarmente.

Dessa forma, no final do século XIX o Japão já arquitetava a missão de expandir as suas fronteiras. De acordo com Célia Sakurai (2007):

> A industrialização requeria uma quantidade maior de matérias-primas que as disponíveis no arquipélago, sobretudo o ferro e o carvão para alimentar a indústria siderúrgica nascente. As reservas não dariam conta da demanda e, por isso, os olhos do governo se voltaram para o continente asiático, em primeiro lugar para a Coréia. O Japão retomou sua ligação histórica com os vizinhos próximos do continente pensando nos territórios que poderia conquistar. E, de fato, empreendeu guerras com esse objetivo (SAKURAI, 2007, p. 151).

Jaqueline de Sá Ribeiro (2017) discorre que o rápido crescimento econômico e militar provocou um certo anseio imperialista na elite nipônica, fazendo o país buscar vertiginosamente o crescimento territorial ao mesmo tempo que o econômico. Os japoneses acreditavam que a expansão colonial das nações ocidentais chegaria até o extremo Oriente e, por esse motivo, apressaram a missão imperialista pelo continente asiático. Para os nipônicos era crucial que a influência econômica e, sobretudo, cultural chegasse aos países vizinhos (RIBEIRO, 2017). Sendo assim, o primeiro alvo escolhido foi a Coréia, pois "o Japão via nela um terreno propício para cumprir seus objetivos de alargar as fronteiras econômicas pelo comércio e para a obtenção de matérias-primas" (SAKURAI, 2007, p. 151).

Podemos dizer que o marco da expansão imperialista japonesa foi a vitória do país na Guerra Sino-Japonesa[14] (1894-1895), em que o Japão derrotou a China em território coreano, recebeu uma alta indenização financeira e conseguiu anexar alguns territórios da Coréia, como Formosa e Ilha dos Pescadores (RIBEIRO, 2017).

Entretanto, a Rússia, com os seus anseios voltados à Coréia, buscou influenciar outros países, como a França e a Alemanha, para se oporem à essa anexação de alguns territórios coreanos ao Japão. Esse ato "[...] foi sentido pelos japoneses como uma grande humilhação, mas não havia forças suficientes para combater as três nações unidas" (RIBEIRO, 2017, p. 60). Com isso, o clima de tensão entre os países aumentou consideravelmente e, após os nipônicos conseguirem um acordo com os ingleses, se sentiram seguros em declarar guerra contra os russos. Assim, em 1904 iniciou-se a Guerra Russo-Japonesa[15]. Esse conflito foi marcado por intensos combates navais, com um número elevado de baixas para os dois lados da guerra. Contudo, o Japão saiu vitorioso, em mais um embate em menos de 10 anos (SAKURAI, 2007).

Após a vitória contra a Rússia, alguns países ficaram espantados com a potência militar que o Japão se tornou em tão pouco tempo, pois foi a primeira vez que uma nação oriental se consagrou vitoriosa contra uma nação ocidental (RIBEIRO, 2017). Para Célia Sakurai (2007), a partir desse conflito, o Japão entrou de vez no cenário geopolítico mundial como uma forte potência. Era o início de uma nova era para os nipônicos:

> A mensagem que o Japão ofereceu ao mundo após as duas guerras - a Sino-Japonesa e a Russo-Japonesa -, com desfecho rápido e favorável a si, é de que o país disputava com força considerável um lugar entre as nações poderosas do mundo. As vitórias contra a China e contra a Rússia alertaram as potências ocidentais para as pretensões imperialistas do Japão na Ásia. As nações europeias viam com apreensão a investida japonesa, pois seria mais um país a disputar com elas (além dos Estados Unidos), no final do século XIX, mercados e áreas de influência militar e política. As conquistas proporcionam ao Japão de então efetivamente um lugar de destaque na divisão de forças entre as potências mundiais (SAKURAI, 2007, p. 155).

3.2 Era Taisho e Era Showa: Primeira Guerra Mundial, avanço colonial e o ultranacionalismo japonês (1912-1936)

Em 1912, o Imperador Matsu-Hito Meiji morreu. Esse acontecimento promoveu, de certa maneira, uma turbulência na política interna do país. Contudo, como vimos, o Japão já havia se enraizado internacionalmente como uma nação forte e unificada (MACEDO, 2017).

[14] Para mais detalhes sobre esse conflito, conferir: Brett L. Walker, em "História concisa do Japão" (2017).
[15] Para mais detalhes sobre esse conflito, conferir: Brett L. Walker, em "História concisa do Japão" (2017) e Emiliano Unzer Macedo, em "O imperialismo japonês na Ásia: da Era Meiji à Segunda Guerra Mundial" (2017).

Emiliano Unzer Macedo (2016) destaca que os valores ocidentais foram absorvidos pelo Japão nas primeiras décadas do século XX. Um desses valores sustentava que

> [...] a edificação de impérios era parte integrante da modernidade ocidental, especialmente a promoção da força econômica. Ser um império era uma característica compartilhada por todas as grandes potências e, caso o Japão não conseguisse unir-se a suas fileiras, a nação insular precisaria construir um império próprio (WALKER, 2017, p. 231).

Foi neste contexto que o sucessor do imperador Meiji, o imperador Yoshihito Taisho, iniciou a sua governança. Para Sakurai (2017), esse período, conhecido como Era Taisho, foi agitado e ocorreram importantes mudanças internas no país e, sobretudo, a continuação da missão expansionista promovida pelo imperador Meiji.

Dois anos após o imperador Taisho assumir o governo, iniciou-se a Primeira Guerra Mundial e o Japão, quase que instantaneamente, se alinhou à Grã-Bretanha. Entretanto, o país teve uma participação não muito ativa nesse conflito, uma vez que ocorreram pequenos combates contra bases militares da Alemanha em território chinês. Além disso, a posição do Japão entre os Aliados era proporcionar um forte apoio na Ásia (SAKURAI, 2007). Macedo (2016) destaca que, por outro lado, a produção industrial no setor têxtil quadruplicou no período da Grande Guerra.

Veremos que em quase toda a primeira metade do século XX o foco dos nipônicos, nesse sentido, era consolidar e expandir a máquina imperialista e colonizadora pelo território asiático, não se importando muito com a conjuntura conflituosa que estava se espalhando no Ocidente (MACEDO, 2016).

3.2.1 A Coréia enquanto o primeiro alvo do avanço colonial nipônico

A escolha do primeiro território para a expansão imperialista não foi muito difícil para os japoneses, uma vez que o território coreano fica muito próximo da ilha principal do Japão. Assim, a colonização na Coréia se consolidou em 22 de agosto de 1910, quando o governo japonês forçou os coreanos a assinarem um tratado de anexação, e se estendeu até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 (SAKURAI, 2007). Foram 35 anos de ocupação com a implantação de um sistema, segundo Visentini (2015), controverso, visto que, ao mesmo tempo que desenvolveu a Coréia, se mostrou brutal e opressor. Contudo, “[...] como em todos os casos de colonialismo, a modernização é estruturada em benefício da metrópole” (VISENTINI, 2015, p. 31).

A primeira atitude dos japoneses na Coréia foi a consolidação de um protetorado que passou a controlar os coreanos, além de substituir o exército coreano pela polícia japonesa. Sakurai (2007) discorre que no início da colonização mais de 670 mil coreanos foram levados compulsoriamente para realizar trabalhos forçados no Japão. Foi implantado um sistema educacional no qual eram ensinados, para as crianças e para os jovens coreanos, a língua japonesa e os "grandes feitos" do império japonês. Ademais, "traços da milenar cultura coreana foram substituídos por ícones da cultura japonesa como forma de impor a autoridade e a maneira de ser dos novos donos da terra" (SAKURAI, 2007, p. 154).

Dessa forma, para Visentini (2015), os japoneses conseguiram consolidar um sistema colonial muito organizado com um Estado sólido e, sobretudo, centralizado:

> [...] o qual intervinha na economia, criando mercados e indústrias, enquanto reprimia violentamente a oposição. Apesar do autoritarismo e da violência social, em termos econômicos, houve crescimento significativo, por vezes até maior do que o do próprio Japão, ainda que desigualmente distribuído. A produção agrícola expandiu-se substancialmente na década de 1920, graças a técnicas de irrigação implementadas pelos colonizadores, que visavam ao incremento da produção de arroz (VISENTINI 2015, p. 32).

No entanto, como vimos, todo esse avanço foi totalmente direcionado ao Japão, enquanto os coreanos permaneciam na escassez. Os coreanos só consumiam cerca de 40% do arroz produzido, pois a grande parte era enviada para o Japão (VISENTINI, 2015). Além disso, não podemos esquecer que essas questões foram acompanhadas de um regime opressor, violento e brutal contra o povo coreano.

Com isso, compreendemos que a Coréia foi o primeiro alvo da opressora máquina colonizadora do império japonês e, mais adiante, nos próximos subcapítulos, veremos que a colonização da Coréia foi somente o "ponta pé" inicial da brutalidade que os nipônicos promoveram no continente asiático por quase toda primeira metade do século XX.

3.2.2 Os ultranacionalistas em cena: rumo a Segunda Guerra Mundial

No início da década de 1920 o reflexo do sucesso da Revolução Russa (1917) chegou ao Japão, de modo que surgiram diversos movimentos comunistas no país. Em 1921 o PCJ (Partido Comunista Japonês) ganhou fôlego com muitos adeptos populares. Contudo, em 1925, foi criada uma lei de repressão contra esses movimentos. Nessa conjuntura, a oposição conservadora surgiu com uma força sem precedentes, defendendo a importância da preservação da imagem do imperador "[...] ameaçada pelos radicais de esquerda que propalavam a derrubada do regime" (SAKURAI, 2007, p. 160). Além disso:

> Defendiam um retorno aos moldes da ética de obediência samurai sem abrir qualquer espaço para as organizações dos trabalhadores, como os sindicatos, e para manifestações populares, como greves e revoltas no campo. Os tradicionalistas conseguiram reunir membros importantes do governo em organizações patrióticas como a Sociedade Japonesa da Essência Nacional (1919) e a Sociedade da Fundação Nacional (1924). O líder da Sociedade para Preservação da Essência Nacional, Kita Ikki, publicou em 1923 o livro Bases para um plano de reconstrução do Japão, em que propunha que, depois de varrer todos os resquícios de corrupção no regime em vigor, o Japão lançasse uma campanha voltada para fazer os asiáticos se livrarem dos males vindos do Ocidente (SAKURAI, 2007, p. 160).

A partir disso, surgiram muitas ideias que passaram a justificar ainda mais o movimento expansionista do Japão, defendendo uma postura ainda mais agressiva do país não somente com os vizinhos do continente asiático, mas também com os EUA (por serem corruptos) e com a Grã-Bretanha e a Rússia (por serem exímios exploradores do continente asiático) (MACEDO, 2016). Ademais, Célia Sakurai (2007) complementa que essa ideias

> propunham a ruptura com as ‘más influências’ que o Ocidente havia levado ao Japão e a valorização da superioridade racial e cultural japonesa. Imbuído do ‘espírito nacional’, o Japão enfrentaria uma ‘guerra justa’ para salvar o mundo do marxismo e de outras ideologias ocidentais nocivas (SAKURAI, 2007, p. 160).

Em 1925, os conservadores conseguiram a aprovação da “Lei da Preservação da Paz”, que visava perseguir e punir qualquer indivíduo ou movimento coletivo que ameaçasse o “espirito nacional” (SAKURAI, 2007). Um ano após a aprovação dessa lei, em 1926, o jovem Hirohito subiu ao trono e se tornou o 124º imperador do Japão, chamado de Imperador Showa. Nesse sentido, Hirohito chegou ao governo com a política interna abalada e muito influenciada pelos ideais conservadores e ultranacionalistas.

Com a queda da Bolsa de Nova York em 1929, a economia capitalista mundial entrou em crise. No Japão não foi diferente, visto que houve um aumento abrupto na taxa de desemprego do país. Dessa forma, para Sakurai (2007), os ultranacionalistas ganharam mais força política com o discurso de que era preciso “salvar a nação”. Assim, “[...] o cenário democrático e parlamentar, sustentado desde 1868, sucumbiu diante de um avanço de um regime ultranacionalista e militarista” (MACEDO, 2016, p. 58).

A crise proporcionou aos países capitalistas a ideia de uma proteção mais acentuada aos mercados nacionais, fazendo com que as exportações do Japão fossem diretamente afetadas. Tal crise “[...] incentivou a percepção necessária da nação assegurar um espaço a ser controlado com recursos energéticos e minerais para o seu autossustento. Nessa visão, a rica região mineral chinesa da Manchúria foi considerada vital para a sobrevivência econômica japonesa” (MACEDO, 2016, p. 59).

Nesse sentido, surgiu uma forte crença de que era uma missão histórica do Japão dominar não só a região da Manchúria, mas todo o território chinês. Contudo, era só mais uma justificativa criada para expandir o controle do império japonês por todo o continente asiático. Sakurai (2007) discorre que os idealizadores dessa justificativa colonizadora foram além:

> Os propagadores da ideia diziam que o controle da Manchúria era fundamental para o estabelecimento da União Asiática [...] Seus defensores propunham transformar a Ásia num bloco de poder - passando por cima das diferenças culturais, religiosas e políticas - comandado pelo Japão. O obstáculo à concretização desse sonho seria o Ocidente que, segundo eles, corroía todo o continente asiático. Dessa forma, a união dos países asiáticos contra o Ocidente seria fundamental para o bem-estar daqueles (SAKURAI, 2007, p. 162).

Juntamente a esses ideais expansionistas, os ultranacionalistas começaram uma campanha ideológica no país. Primeiramente, a figura imperial passou a ser igualada à figura divina, tanto nas escolas básicas quanto nos meios de comunicação e de propaganda por todo o Japão, com o intuito de, mais uma vez, justificar as atrocidades que o império realizava e que iria realizar (SAKURAI, 2007).

Dessa forma, a partir dos anos 1930, criou-se um sentimento ideológico majoritariamente ultranacionalista entre os japoneses. Todo e qualquer território vizinho poderia ser explorado com base nas justificativas divinas. Assim, o império japonês passou a expandir violentamente o seu domínio, chegando ao início da Segunda Guerra Mundial como o mais forte e dominador expoente do continente asiático (MACEDO, 2016).

3.3 O Japão na Segunda Guerra Mundial (1936-1945)

O forte e audacioso exército japonês conseguiu feitos que mudaram o curso da jornada do Japão nos anos 1930: dominaram a região da Manchúria, assassinaram políticos opositores e, consequentemente, promoveram a queda de diversos partidos políticos quando instalaram um governo militar no país (WALKER, 2017). Assim, o ideal fascista[16] no Japão "[...] deu forma a sua política, cultura e relações exteriores" (WALKER, 2017, p. 269).

[16] Robert Paxton (2008) destaca algumas características do fascismo: "O fascismo tem que ser definido como um forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima,, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza" (PAXTON, 2008, p. 358-359). Além disso, em relação ao Japão, o autor revela que, embora exista um debate assíduo sobre o Japão imperial ter sido fascista ou não, podemos afirmar que, pelo menos, o governo japonês acatou algumas características do fascismo em medidas organizacionais (PAXTON, 2008).

Cansado de toda a burocracia necessária para manter relações com outras nações, o governo militar japonês resolveu se retirar da Liga das Nações[17] e buscou cumprir o que sempre almejou: a dominação total da Ásia. A partir disso, os japoneses fortaleceram e investiram na indústria do Estado *Manchukuo*[18] e buscaram dominar todo o território chinês (MACEDO, 2016). Utilizaram como justificativa, para travar de vez uma guerra total contra a China, um incidente ocorrido em 1937, em que "um soldado japonês saiu da área militarizada nos arredores de Pequim e o seu comandante iniciou imediatamente uma busca. Os chineses se prontificam a auxiliar, mas a ajuda foi interpretada como um insulto" (SAKURAI, 2007, p. 165). Com isso, em 1937, o exército japonês promoveu uma investida às regiões de Xangai e Nanquim que encadeou um massacre sem precedentes:

> No mesmo ano de 1937, o exército japonês foi responsável por massacres às populações chinesas em Xangai e em Nanquim. Em Xangai, a luta contra as forças de Chiang Kai Chek resultou em mais de 250 mil mortes, na maioria, de civis. Um relato afirma que 'um rio de sangue' chegou a mudar a cor do mar. Em seguida, as tropas japonesas partiram ao encalço do líder chinês em direção a Nanquim. A luta em Nanquim foi ainda mais sangrenta. A cidade foi sitiada e quem nela permaneceu, incluindo a população civil, recebeu por parte dos soldados japoneses um tratamento impiedoso que não poupou nem mulheres e crianças. Pouquíssimos militares chineses foram enviados a campos de prisioneiros porque os japoneses preferiam não deixar inimigos vivos. Estima-se entre 250 mil e 300 mil o número de mortos em dezembro de 1937 (SAKURAI, 2007, p. 166).

Sakurai (2007) discorre que o sentimento e o discurso de superioridade dos japoneses com relação aos chineses, fomentados por décadas, tiveram o momento perfeito para se corporificar. Esses massacres – conhecidos como Massacre de Xangai e Massacre de Nanquim – constituíram-se enquanto materialização do discurso de ódio e da brutalidade que representavam o governo fascista japonês. Tais acontecimentos, infelizmente, ainda não são muito conhecidos e explorados, pois não foram totalmente descritos e registrados, visto que houve uma forte mobilização do governo japonês para esconder essa parte de sua história (SAKURAI, 2007).

Nessa conjuntura, em 1936, os japoneses, após um período de flerte com a Alemanha de Hitler, oficializaram a aliança com os nazistas por meio do "Pacto anti-Comintern". Alguns anos depois, em 1940, formalizaram a união com os países do Eixo. Além disso, decidiram

---

[17] A Liga das Nações foi fundada em 1919 ao fim da Primoeira Guerra Mundial, com o objetivo de ser um espaço diplomático para as nações discutirem as problemáticas internacionais e, assim, evitarem possíveis conflitos mundiais (HOBSBAWM, 1994).

[18] Estado "fantoche" implantado pelos japoneses na região da Manchúria: "[...] A fim de manter a aparência de legitimidade, os japoneses restauraram o poder do último imperador manchu deposto em 1912, Pu Yi, colocando-o como o chefe (fantoche) do Estado Manchukuo. Com a instalação do Manchukuo, a possibilidade de concretizar a propalada União Asiática ficava mais palpável" (SAKURAI, 2007, p. 162).

assinar “[...] um pacto de não agressão com Stalin, da União Soviética, que foi respeitado quase até o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945” (MACEDO, 2016, p. 61).

O motivo do Japão se aliar aos países do Eixo – além de ideológicos – era fazer com que eles tivessem, de certa maneira, uma proteção em relação aos países que almejavam investir no continente asiático. Para Macedo (2016), isso se concretizou quando os japoneses se aproveitaram da dominação dos alemães na França para ocupar a Indochina Francesa, tornando a França incapaz de resistir em outras regiões.

Em 1940, os EUA boicotaram o fornecimento petrolífero aos japoneses por conta da posição tomada pelo país na guerra. Com isso, as reservas de petróleo do Japão começaram a ficar escassas, uma vez que mais de 80% do petróleo que o Japão consumia era fornecido pelos norte-americanos, e isso refletiria diretamente no abastecimento das frotas navais, aéreas e terrestres do país. Dessa forma, havia a necessidade de ocupar a ilha de Java (MACEDO, 2016). Além disso, para evitar um possível avanço dos EUA no Pacífico, os japoneses viram a necessidade de declarar guerra caso não conseguissem um acordo com os estadunidenses. Contudo, esse acordo nunca saiu do papel e o Japão declarou guerra aos EUA em 1941.

Essa declaração de guerra veio acompanhada de um ataque inesperado pelos EUA, pois o exército japonês resolveu agir para surpreender e imobilizar os seus adversários. O ato mais emblemático foi o ataque à base norte-americana no Havaí, chamada de Pearl Harbor, em dezembro de 1941. Além disso:

> Um ataque simultâneo à Malaia Britânica (atual península continental da Malásia), passando pelo território neutro da Tailândia, também foi empreendido com sucesso, provocando confusão e consternação entre os aliados antifascistas na Segunda Guerra Mundial. A Hong Kong britânica caiu no dia de Natal de 1941 e, no dia seguinte, Manila, capital das Filipinas controladas pelos EUA, foi declarada cidade aberta para não sofrer maiores danos das tropas japonesas. De Malaia, os japoneses prosseguiram despercebidos no seu avanço terrestre rumo à maior base naval britânica na Ásia, Cingapura. A cidade britânica caiu nas mãos japonesas em 08 de fevereiro de 1942. Em 09 de março, o maior prêmio visado, a ilha holandesa de Java, com seus ricos recursos de petróleo, borracha e estanho, se rendeu. Em maio, os últimos redutos dos EUA nas Filipinas, na ilha de Corregedor, foram submetidos (MACEDO, 2016, p. 62).

De acordo com Célia Sakurai (1941), os japoneses passaram a agir dessa maneira por conta do momento de ápice dos ideais ultranacionalistas que ganhavam cada vez mais espaço na sociedade, não somente entre os militares. Assim, para a autora:

> Os japoneses de então se acreditavam "iluminados", ou seja, moral e racialmente superiores aos demais povos. A grande maioria do povo japonês, disciplinado e doutrinado há pelo menos duas gerações, passou a acreditar que o Japão tinha uma missão de "civilizar e esclarecer" o mundo, o que, na prática, significava conquistar territórios e fazer valer seus interesses sobre os de outras nações. Toda a onda de ocidentalização verificada no país a partir de 1868 foi sendo substituída pela

> supervalorização do que se entendia como sendo genuinamente japonês. O "espírito samurai" foi revivido de forma contundente como exemplo de comportamento a ser seguido por todos os japoneses: lealdade, obediência às normas e à hierarquia, orgulho da pátria (SAKURAI, 2007, p. 171).

Os japoneses, a partir daí, precisariam de apenas mais algumas vitórias no Pacífico para consolidar as suas defesas e controlar totalmente o extremo Oriente. Contudo, houve uma forte resistência dos norte-americanos e essas vitórias necessárias nunca aconteceram. Nesse sentido, os EUA começaram a investir em um contra-ataque contra os japoneses a partir de 1942 e venceram quase todas as batalhas.

Mesmo diante da visível superioridade bélica dos Aliados, os japoneses não se rendiam: “em desespero, os japoneses passaram com maior frequência a táticas suicidas, na ofensiva aérea de kamikazes (´vento divino´ em japonês), frente aos navios aliados” (MACEDO, 2016, p. 63). Entretanto, a partir de novembro de 1944, se iniciaram os bombardeios contra algumas cidades do Japão – porém, ainda assim não houve uma rendição oficial vinda do imperador Hirohito.

Dessa forma, os Aliados prepararam uma ofensiva que, para eles, seria a fulminante contra os japoneses. No dia 6 de agosto de 1945, os EUA lançaram sobre a cidade de Hiroshima a primeira bomba atômica produzida pela humanidade, a chamada *Little Boy*:

> Só com o lançamento morreram ou desapareceram entre 70 a 80 mil pessoas. No dia 9, foi a vez de Nagasaki - entre 35 e 40 mil mortos imediatos ou desaparecidos e 40 mil feridos. Além disso, a radiação continuou fazendo um número enorme de vítimas. Para piorar a situação japonesa, no dia 8 de agosto, a União Soviética, que até 1945 não havia declarado guerra ao Japão, invadiu a Manchúria (SAKURAI, 2007, p. 177).

Após 5 dias da segunda bomba atômica ser lançada sobre a cidade de Nagasaki, o imperador pronunciou a rendição pelo rádio. Era a primeira vez que os japoneses escutavam a voz do imperador. Sakurai (2007) discorre que era, também, a primeira vez que o imperador surgia como uma figura humana – e não divina – para o povo.

Assim, exausto e sem condições de continuar em batalha, o governo japonês, a bordo do navio de guerra Missouri, assinou a rendição para os Aliados. Era o fim não só da guerra para os japoneses, mas também de uma era em que foram dominados por um governo de traços “fascistas” que promoveu o terror e a brutalidade por quase todo o continente asiático.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM "GEN PÉS DESCALÇOS": TESES E ANTÍTESES NACIONALISTAS

Keiji Nakazawa nasceu em 1939 na cidade de Hiroshima e em 6 de agosto de 1945, aos seis anos de idade, viu a bomba nuclear caindo dos céus em sua cidade. Segundo Cristiane Izumi Nakagawa (2014), no momento da explosão, cerca de 350 mil pessoas estavam em Hiroshima, sendo 40 mil soldados do exército japonês e 310 mil civis. Além disso, segundo a autora, mais de 140 mil pessoas morreram até dezembro de 1945 por conta da bomba.

Nakazawa foi um dos sobreviventes do ataque e passou a ser denominado como *Hibakusha*. Nesse sentido, com o intuito de compartilhar os traumas de sua juventude e trazer novas perspectivas sobre a tragédia de Hiroshima, Nakazawa escreveu, em 1973, o mangá "Gen Pés Descalços". O mangá, com dez volumes, foi publicado entre os anos de 1973 e 1985 na revista *Weekly Shōnen Jump* da editora japonesa *Shueisha* e tem como enredo a história de vida de Gen, uma criança de seis anos de idade que viveu com a sua família na cidade de Hiroshima durante o final da Segunda Guerra Mundial. A família vivia em situação de pobreza e hostilidade, até que a bomba atômica foi lançada sobre Hiroshima, transformando a vida da família em situação de extremo sofrimento (NAKAZAWA, 2003).

O autor busca ilustrar com detalhes as três fases da infância do protagonista: os antecedentes do bombardeio, mostrando as dificuldades de sobrevivência da família de Gen em meio à pobreza na cidade de Hiroshima; os perturbadores efeitos imediatos do lançamento da bomba nuclear; e, por fim, as consequências dessa tragédia para a família de Gen e para a sociedade japonesa como um todo, como a ocupação das tropas norte-americanas no território nipônico.

Podemos considerar a obra de Nakazawa uma autobiografia, pois, como dito, o autor é um sobrevivente do ataque a Hiroshima O *mangaká* utilizou das suas experiências vividas e das pessoas ao seu redor para elaborar a narrativa: "a série foi baseada na minha experiência pessoal sobre a Bomba. As cenas de família, as personagens e vários episódios que aparecem em Gen são pessoas e eventos reais que eu vi, dos quais ouvi falar ou que eu mesmo vivenciei" (NAKAZAWA, 2003, p. 13).

No Brasil, "Gen Pés Descalços" foi publicado pela editora Conrad em uma série de dez volumes. Neste trabalho, focaremos no primeiro volume da obra, no qual identificaremos e compreenderemos as representações sociais do nacionalismo e as suas derivações.

4.1 O “espírito samurai” e as consequências da Guerra

No decorrer da leitura da obra, pudemos destacar muitos pontos interessantes em que Nakazawa busca demonstrar como o “orgulho” do governo japonês em permanecer na guerra, mesmo sendo evidentemente sobrepujado pelas forças Aliadas, refletiu diretamente na dificuldade de sobrevivência da população japonesa. Na imagem a seguir, na qual o pai de Gen, o personagem Daikichi, discute com um militar japonês após ter sido agredido por ter discorrido contra as ações do Japão na guerra e ser considerado um “traidor da nação”, podemos enxergar essas questões apontadas:

Figura 1 – Daikichi discute as consequências da guerra

Fonte: Gen Pés Descalços, volume 1, p. 33.

Na Figura 1, enquanto é espancado pelo soldado japonês, Daikichi demonstra as suas indignações e o sofrimento que ele e a sua família passavam para cumprir com os esforços de guerra solicitados pelo governo japonês.

Em tal representação social, podemos evidenciar a forte missão propagandista do governo japonês a partir da década de 1930, que buscava convencer a própria população nipônica (assim como os povos de outros países) de que o Japão era uma nação "iluminada" e a única que poderia "salvar" o continente asiático das ameaças externas (MACEDO, 2016). Ao fim da página, o militar diz para Daikichi que essa "cooperação" é uma atitude que se espera de um japonês, ou seja: doar todos os seus utensílios, para fomentar uma máquina imperialista bélica, e toda a sua comida para os soldados lutarem pelo seus país seria motivo de orgulho nessa conjuntura.

Célia Sakurai (2007) destaca que o governo japonês, nessas ações propagandistas, fez um esforço para reviver o "espírito samurai" dos séculos anteriores, a fim de estimular um comportamento social que visava ser leal e obediente às normas e às hierarquias e que, acima de tudo, tivesse orgulho da nação (SAKURAI, 2007). Tal "espírito samurai" baseava-se, essencialmente, na ideia de "lealdade", ou seja,

> [...] o samurai luta para defender as terras que abrigam a comunidade a que pertence. Por ela, o samurai deve ser capaz de matar e de morrer. Na batalha, ele dá o seu testemunho de lealdade lutando até o fim para honrar o seu nome, dos ancestrais e dos descendentes, para não se envergonhar diante de si e dos outros (SAKURAI, 2007, p. 303).

Seguindo a leitura, a Figura 2 apresenta uma cena na qual o protagonista Gen havia sido agredido por crianças da vizinhança, pelo fato de seu pai, Daikichi, ser considerado um "traidor da nação" por manifestar-se contrariamente à guerra. Gen solicita ao pai que compactue e participe da guerra, pois, na visão da criança, somente assim a família não sofreria mais com as punições dos militares e da comunidade de Hiroshima.

Figura 2 – O "traidor" é questionado

Fonte: Gen Pés Descalços, volume 1, p. 28.

A cena em questão torna-se bastante emocionante na conjuntura da obra, visto que retrata o embate entre pai e filho a respeito das consequências que a família vinha sofrendo por conta da guerra e, sobretudo, pelo pai não compactuar com os militares japoneses.

A atitude do protagonista, questionando as ações consideradas "traidoras" do seu pai, mostra muito bem como o orgulho japonês e o supracitado "espirito samurai" (SAKURAI, 2007) tornaram-se parte da sociedade naquela conjuntura. Dessa forma, podemos relacionar as representações sociais contidas na cena aos aspectos de senso de unicidade propagados pelo governo japonês, sobretudo nas escolas onde o público alvo era formado por crianças e jovens:

> Essa política ideológica atingiu seu ápice no final da década de 1930, quando mais de duas milhões de cópias dos Princípios Cardinais da Política Nacional foram publicadas e incluídas como leitura obrigatória nas escolas japonesas [Kitagawa, 1990, p. 246-247]. Esse senso de unicidade [...] fora explorado com o intenso uso da mídia de massa propagando a idealização dos valores tradicionais japoneses – chamado de *kokutai* (国 国) – contra as nefastas influências estrangeiras ocidentais do individualismo, ganância e desarmonia (MACEDO, 2016, p. 59).

Como vimos, Daikichi é um personagem de suma importância para o início da obra, pois fica evidente que Nakazawa utiliza o personagem para representar aos leitores a antítese do nacionalismo. Além disso, Daikichi é usufruído pelo autor para empregar os seus valores e

a sua visão de mundo na obra[19]. Nesse sentido, é importante lembrarmos que as representações sociais conformam o modo pelo qual os homens produzem as suas ideias sobre a realidade, que se refletem em imagens, discursos e práticas (PESAVENTO, 2006).

A partir do terceiro volume da obra, nota-se que os ideais defendidos por Daikichi passarão a fazer parte do discurso do protagonista, fortalecendo ainda mais a visão de mundo do autor, uma vez que Gen representa a infância de Keiji Nakazawa.

4.2 O "ultranacionalismo" japonês

Podemos evidenciar na figura a seguir o interrogatório do pai de Gen, após o personagem ser flagrado manifestando posições consideradas críticas ou subversivas ao governo japonês, por conta da guerra:

[19] Entrevista de Keiji Nakazawa para o jornal *The Asia-Pacific Journal*, na qual o autor destaca que o seu pai (representado no mangá pelo personagem Daikichi) teve uma forte influência na formação de seu pensamento: "*Dad's influence on the formation of my thinking was strong. Time and again he'd grab me —I was still in first grade—and say, "This war is wrong" or "Japan's absolutely going to lose; what condition will Japan be in when you're older? The time will surely come when you'll be able to eat your fill of white rice and soba." At a time when we had only locusts and sweet potato vines to eat, we couldn't imagine that we'd ever see such a wonderful time. But Dad said, "Japan will surely lose. And after the defeat, there'll come a wonderful time." At mealtimes he'd make all of us children sit up straight and listen to him—so much so that we grew sick of his voice. But we couldn't believe that the time would ever come when we'd "be able to eat our fill of white rice." Still, I think Dad really did see that far ahead. In fact, Japan did lose, and today's an age of gluttony*" (NAKAZAWA, 2008).

Figura 3 – Ufanismo policialesco

Fonte: Gen Pés Descalços, volume 1, p. 34.

Na cena, focaremos a nossa análise na fala do soldado japonês, a qual representa, de certa forma, valores de um nacionalismo exacerbado, na medida em que o personagem destaca o sucesso na guerra para o Japão tornar-se uma nação melhor, derrotando os inimigos externos que representam a ameaça para o desenvolvimento do país. Além disso, o soldado assevera que todos os nipônicos estão sofrendo, trazendo a ideia de suplício coletivo, perceptível na frase “Não é só você que está passando por isso! Todos estão assim!”.

Tal noção nos remete, de certa maneira, ao que Levi (1998) nos diz sobre o conceito de nacionalismo: “trata-se de uma ideologia unificadora, elaborada intencionalmente para

garantir a coesão do povo no Estado" (LEVI, 1998, p. 800). Assim, o soldado buscou convencer Daikichi por meio de um discurso nacionalista, trazendo a perspectiva da ideologia unificadora entre os japoneses, presente em quase toda a primeira metade do século XX, promovida, sobretudo, pela ascensão imperialista (MACEDO, 2016).

Outro ponto importante destacável na fala do militar diz respeito aos esforços em calar o pai de Gen (que recebe, por Nakazawa, a representação da subversão ao nacionalismo, ou seja, a antítese) e quaisquer ideias corrosivas ao todo nacional, explícito no momento em que o personagem (representante da tese nacionalista) diz "Traidor subversivo! Seus pensamentos são perigosos! Eu vou dar um jeito nas suas ideias!".

É possível compreender tal representação a partir da ideia de *fraternité* que, de acordo com Levi (1998), é o ideal coletivo nacionalista oriundo da Revolução Francesa.

> É nela que se fundamenta a ideia de nação, reflexo ideológico de se pertencer a um Estado em que a classe dirigente quer impor a todos os cidadãos a unidade de língua, de cultura e de tradições e, por esta razão, busca transferir ao nível do Estado aqueles sentimentos de adesão que os homens sempre tiveram com relação à sua comunidade natural (LEVI, 2008, p. 800).

No caso do Japão e, consequentemente, do mangá, a classe dirigente (representada pelos militares) buscava coagir a população a seguir e reverenciar as tradições, a cultura e a unidade nipônica. Célia Sakurai (2007) destaca que, para o Estado japonês, era de forte importância a reprodução dos ideais nacionalistas na sociedade e no cotidiano. Nota-se, tal percepção, também, na última fala do personagem militar para Daikichi: "Como japonês... como é que tem coragem de enfrentar o imperador?!".

A submissão cega ao líder imperial na fala do soldado nos remete a concepção que o imperador, naquela conjuntura, representava a encarnação do todo nacional. Após muitas décadas de disseminação, os ideais nacionalistas se mostraram, para Sakurai (2007), sufocantes ao ponto de converter os interesses de quase toda a sociedade nipônica. Além disso,

> Esse ultranacionalismo tomou finalmente corações e mentes, acabou sufocando os vestígios de um sistema partidário de representação, eliminou qualquer manifestação das esquerdas e conseguiu convergir os interesses do país para a figura do imperador Hiroito, cuja condição sagrada foi vivamente alimentada em todos os setores da vida japonesa, mesmo que compulsoriamente para alguns (SAKURAI, 2007, p. 171).

Dessa forma, avaliamos tal representação social a partir da ideia de nacionalismo exacerbado promovida pelo personagem militar. Veremos que, por meio do "ultranacionalismo" e do imperialismo, criaram-se outros braços de ideais extremistas, como a xenofobia.

4.3 Xenofobia: um outro braço do nacionalismo

Na figura a seguir, em que o protagonista Gen replica para a sua família os conteúdos nacionalistas aprendidos na escola, podemos enxergar como tais representações sociais, construídas e implantadas na sociedade, eram pautadas, sobretudo, pela xenofobia contra os "inimigos" da nação:

Figura 4 – Discurso xenofóbico

Fonte: Gen Pés Descalços, volume 1, p. 73.

Nesta cena, é possível vermos, novamente, o conflito em que a tese nacionalista (dessa vez, personificada no protagonista Gen) encontra uma antítese (mais uma vez, na figura

do pai de Gen, Daikichi). Contudo, concentraremos a atenção nas falas de Gen, as quais representam a ideologia e o sentimento xenofóbico promovidos pelo governo japonês durante os anos imperialistas.

A representação social da xenofobia exposta nesta cena flutua entre o jocoso (na dancinha de Gen sobre as vestes "engraçadas" dos coreanos), a inferiorização ("Mas... todos dizem que os coreanos e os chineses são estúpidos...") e a "demonização" de outras populações ("Então não é verdade que os americanos são demônios como os professores dizem?").

Para Hobsbawm (1994), é possível relacionarmos a xenofobia com o florescimento do nacionalismo, na medida que, enquanto os Estados utilizam os maquinários de comunicação para promover uma boa imagem da nação e favorecer a aprovação da população, trazem a ideia de que outros povos são "inferiores".

> [...] os Estados iriam usar a maquinaria de comunicação, crescentemente poderosa junto a seus habitantes - sobretudo as escolas primárias - para difundir a imagem e a herança da "nação" e inculcar adesão a ela [...]. Embora os governos estivessem plenamente engajados em uma engenharia social ideológica consciente e deliberada, seria um erro ver esses exercícios como pura manipulação do alto. De fato, eles eram muito bem-sucedidos quando podiam ser construídos sobre sentimentos nacionalistas não-oficiais já presentes, fossem estes uma xenofobia popular (HOBSBAWM, 1990, p. 112-113).

No Japão, o foco da xenofobia eram as populações dos territórios dominados pelo poder imperial japonês, como os coreanos e os chineses. Posteriormente, os inimigos de guerra, como os norte-americanos e os britânicos, também se tornaram alvos para os nipônicos.

A xenofobia, enquanto um braço do nacionalismo, ganhou mais força com o advento do século XX, em que os pensadores da elite japonesa desenvolveram a estratégia de fomentar o orgulho nacional e glorificar a história nipônica, defendendo que o Japão seria melhor e mais desenvolvido do que outras nações. Ademais, a elite persistia

> [...] em acentuar a originalidade dos japoneses como o produto de seus homens, capazes de construir a sua própria história sem interferências externas e, por conseguinte, ter uma unidade. A ideia da existência de uma identidade nacional entre os japoneses recebeu vários reforços, como a demonstração da homogeneidade linguística, da existência de um passado comum, a condição do Japão como país insular e o isolamento que vivera no decorrer dos séculos. Os japoneses seriam únicos, diferenciados de todos os demais povos, sendo esse um motivo para se ter orgulho (SAKURAI, 2007, p. 137).

Dessa maneira, é possível analisarmos que a xenofobia se acentuou no Japão por meio da construção do ideal nacionalista nipônico, o qual aspirava que o país era único e, sobretudo, se discernia de outras nações pela ligação espiritual da família imperial com a deusa

do sol, Amaterasu[20]. Tal ideal, além de reforçar o discurso xenofóbico, corroborou, também, para o fortalecimento da linhagem imperial enquanto seres próximos ao divino para a sociedade japonesa (SAKURAI, 2007).

4.4 O nacionalismo exacerbado e a xenofobia japonesa: dois polos interligados

Vimos que Keiji Nakazawa apresenta o nacionalismo japonês e os discursos, de certa forma, "antinacionalistas", em forma de embate, no qual de um lado há um personagem representando o ideal nacionalista japonês, e do outro um que retrata a subversão a tal concepção (tal como tese e antítese).

Seguindo a leitura, frisamos outros pontos que nos chamaram a atenção em "Gen Pés Descalços". Na próxima imagem que analisaremos, na qual o professor da escola de Hiroshima pede aos alunos do ensino infantil para produzirem cartas destinadas aos soldados japoneses que estavam lutando no *front* da guerra, é perceptível, de certa maneira, que o autor apresenta, em uma mesma cena, a união de duas representações sociais que examinamos anteriormente: o "ultranacionalismo" e a xenofobia.

Observemos a figura seguir:

[20] Deusa do sol e do universo na religião xintoísta (SAKURAI, 2007).

Figura 5 – Cartas aos soldados japoneses

Fonte: Gen Pés Descalços, volume 1, p. 52.

Percebe-se que após a produção das cartas, as crianças leram em voz alta para que o professor avaliasse suas produções. Yamada e Kimura são os primeiros a ler. Nas cartas, é possível observamos um forte rancor contra as tropas Aliadas (visíveis nas representações "horríveis" e "demoníacas" de soldados norte-americanos e britânicos) e, sobretudo, o engrandecimento do exército japonês (presente nas passagens, celebradas pelo professor, que enaltecem os "caros soldados" que estavam fazendo um "bom trabalho").

A partir dessa cena, podemos discutir alguns aspectos do nacionalismo japonês que foi desenvolvido em um compromisso do governo em promover uma unidade nacional. Contudo, é importante entendermos, primeiramente, que, segundo Hobsbawm (1990), o nacionalismo forma as nações, e não o contrário:

> [...] o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade. Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto (HOBSBAWM, 1990, p. 19).

Considera-se, pois, que a construção das nacionalidades carrega consigo altas dosagens de artificialidade, visto recorrer "a elementos da tradição, em que o passado é

mitificado, criando heróis e momentos épicos que são apresentados como definitivos na formação do povo e da nação" (SILVA; SILVA, 2008, p. 310) – tratando-se, pois, os soldados japoneses como atualizações de tais operações de mistificação.

Dentro de tal perspectiva, para Sakurai (2007) houve, desde o início da Restauração Meiji, a busca da elite japonesa pela construção de uma "nova" nação por meio de discursos nacionalistas e um forte investimento na educação que promovesse às crianças o orgulho de ser japonês, valorizando o imperador. Assim:

> Esforços coletivos são feitos em nome de sua glória, que se confunde com a do próprio Japão. Sua vontade é apresentada ao povo como divina, eterna e incontestável, além de avalizada pelos ancestrais, dificultando ao máximo, na prática, contestações à autoridade, à ordem social e à nova "unanimidade". Segundo a Constituição de 1889, "o imperador é sagrado e inviolável" e tudo o que ele faz é certo por princípio (SAKURAI, 2007, p. 140).

Ademais, Sakurai destaca que "houve uma 'capitalização do passado', como diz Lévi-Strauss" (SAKURAI, 2007, p. 137), na medida em que foi acentuada a glorificação da história do povo japonês para, assim, impulsionar o nacionalismo para a população. Tal investimento era baseado em idealizar a cultura japonesa como a única no mundo, desvalorizando as demais nações.

Sendo assim, a partir das falas xenofóbicas das crianças, é possível analisarmos que a dedicação do governo japonês em disseminar o nacionalismo (sobretudo para as crianças), de certa maneira, deu certo, visto que nas escolas o conteúdo era voltado para o enaltecimento do Japão e o ódio às outras nações (assim como vimos nas representações sociais apresentadas por Keiji Nakazawa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos, dessa maneira, que as histórias em quadrinhos, sejam elas ocidentais ou orientais, são produções culturais recheadas de aspectos analisáveis. Por serem consideradas, de certa maneira, infantis, as HQs por muito tempo sofreram discriminações no meio acadêmico, mas percebeu-se, ao longo desta monografia, que tais obras podem ser tratadas como fontes tão qualificadas quanto as outras consideradas "tradicionais".

Em relação à análise do mangá "Gen Pés Descalços", de Keiji Nakazawa, pudemos examinar como as representações sociais do nacionalismo japonês, a partir das quais se desvela a xenofobia dos nipônicos contra as populações coreanas, chinesas, norte-americanas e britânicas, estão presentes em muitas partes da obra. Além disso, vimos que é nítida a tentativa do *mangaká* de, em quase todo o discurso nacionalista, trazer um personagem que se apresenta como a crítica à tal manifestação, visando esclarecer que a sua posição, ao tratar desses assuntos, é crítica ao Japão por suas ações ao longo do século XX:

> Não escrevi Gen simplesmente para denunciar a destruição causada pela bomba atômica. Eu queria retratar o processo através do qual o povo japonês foi aprisionado num sistema imperial fascista que exaltava o imperador e instigou a nação a uma guerra total. Eu queria mostrar para a próxima geração a miséria que um conflito bélico traz a um país. Eu queria que eles soubessem das atrocidades que o Japão cometeu na China, na Coreia e no resto da Ásia. Eu queria que eles soubessem que pessoas podem ser transformadas em lunáticos capazes de fazer coisas horríveis, simplesmente invocando o nome do imperador ou o Grande Império Japonês, e assegurando que sua causa é justa (NAKAZAWA, 2003, p. 13).

Vimos que os militares japoneses foram representados como os disseminadores e defensores dos ideais nipônicos vigentes à época. O pai de Gen, personagem Daikichi, era o principal representante da antítese de tais ideais e, por esse motivo, era agredido e preso constantemente.

Nas cartas produzidas pelas crianças na escola, o autor deixa evidente que tem o objetivo de representar o nacionalismo japonês (desenvolvido ao longo da primeira metade do século XX) como um ideal totalmente xenofóbico e, sobretudo, imperialista, uma vez que os alvos de tais discursos eram as populações dos países que foram mais afetados pelo maquinário colonizador japonês.

A obra de Nakazawa é muito extensa, com dez volumes, somando mais de 3000 páginas. Futuramente, portanto, em um possível projeto de Mestrado e/ou Doutorado, temos a intenção de continuar com a análise das representações sociais do nacionalismo, iniciada nesta monografia – no entanto, focando nos outros nove volumes da obra, os quais passam a concentrar-se na ocupação norte-americana ao Japão após os bombardeios a Hiroshima e

Nagasaki. Com isso, temos a ideia de explorar e, quem sabe, comparar, os dois diferentes nacionalismos que passarão a ser representados por Nakazawa a partir do segundo volume do mangá: o nacionalismo japonês e o norte-americano.

Dessa forma, nesta monografia, esperamos ter elucidado como as HQs (mangás) são fontes que merecem mais atenção e espaço no âmbito acadêmico, pois são obras carregadas de manifestações simbólicas, discursos e, sobretudo, de representações sociais, que, assim como vimos no primeiro capítulo desta pesquisa, são capazes de trazer ideias sobre a realidade e estão presentes em tudo que enxergarmos, ouvimos e consumimos.

Ao transitarmos entre teses e antíteses presentes na obra de Nakazawa, optamos por conceder ao leitor a formulação própria daquilo que pode vir a ser a “síntese” dialética a partir das representações sociais escrutinadas ao longo da pesquisa, de modo a firmarmos compromisso acadêmico de retomada da temática em projetos vindouros.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BARROS, J. D. A. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, [*s.l.*], v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38. Acesso em: 15 mar. 2023.

BERNARDO, T. M. Histórias em Quadrinhos, historiografia e narrativas: discussões sobre leituras e usos das histórias em quadrinhos pela história e seus regimes de verdade. *In*: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-13. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312502406_ARQUIVO_ThiagoMonteiroBernardo.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

BONIFACIO, S. de F. **História e(m) quadrinhos:** analises sobre a História ensinada na arte sequencial. 2005. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Saberes, Cultura e Práticas Escolares, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/6604. Acesso em: 17 set. 2022.

BURKE, P. **A escola dos Annales (1929-1939)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

BURKE, P. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURKE, P. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

CARDOSO, C. F. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. *In*: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011. p. 1-19.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, [*s.l.*], v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601. Acesso em: 15 fev. 2023.

EISNER, W. **Quadrinhos e arte sequencial**: princípios e práticas do lendário cartunista. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

FONSECA, A. A; MARTINS, J. M. P. O fim do mundo em traços japoneses: o imaginário atômico em Gen Pés Descalços. **ALCEU**, [*s.l.*], v. 19, n. 39, p. 98-121, 2019. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/37. Acesso em: 22 out. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. C. **Representações de Hiroshima**: a problemática da representação a partir de Gen Pés Descalços. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Japonesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São

Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8157/tde-29052012-153648/pt-br.php. Acesso em: 22 out. 2022.

HIROSHIMA condena “loucura” da ameaça nuclear após 78 anos da bomba atômica. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/08/hiroshima-condena-loucura-da-ameaca-nuclear-apos-78-anos-da-bomba-atomica.shtml. Acesso em: 27 out. 2023.

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos:** o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LE GOFF, J. Memória. *In*: LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1988. p. 366-419.

LEVI, L. Nacionalismo. *In:* BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de Política.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 799-806.

LUYTEN, S. M. B. **O que é história em quadrinhos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MACEDO, E. U. **História da Ásia:** uma introdução à sua história moderna e contemporânea. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

MARQUES, K. C. P. **O Shinsengumi e a queda do xogunato Tokugawa (1600-1868):** a expressão dos valores de uma sociedade guerreira. 2014. 51 f. Monografia (Licenciatura em Língua e Literatura Japonesa) – Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9343/1/2014_KamilaCristinyPereiraMarques.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

MOTOYAMA, S. Ciência, cultura e a tecnologia e a restauração Meiji. **Estudos Japoneses**, [*s.l.*], n. 14, p. 93-100, 1994. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/142706. Acesso em: 20 jun. 2023.

NAKAZAWA, K. Barefoot Gen, The Atomic Bomb and I: The Hiroshima Legacy. [Entrevista cedida a] Asai Motofumi. **The Asia-Pacific Journal,** [*s.l.*], n. 1, v. 6, 1 jan. 2008. Disponível em: https://apjjf.org/-Nakazawa-Keiji/2638/article.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

NAKAZAWA, K. **Gen Pés Descalços**: uma história de Hiroshima – Volume 1. 4. ed. São Paulo: Editora Conrad, 2002.

NAKAZAWA, K. **Gen Pés Descalços**: o recomeço – Volume 4. 2. ed. São Paulo: Editora Conrad, 2003.

NETTO, J. P. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PESAVENTO, S. J. Cultura e representações, uma trajetória. **Anos 90**, [*s.l.*], v. 13, n. 23, p. 45–58, 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6395. Acesso em: 15 fev. 2023.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, [*s.l.*], v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080. Acesso em: 22 mar. 2023.

RIBEIRO, J. R. **As transformações sociopolíticas e culturais no Japão da Era Meiji (1868-1912) a partir das Cartas do Japão, de Wenceslau de Moraes**. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/13056/1/Jaqueline%20de%20Sa%20Ribeiro.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

SAKURAI, C. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, K; SILVA, V. **Dicionário de conceitos históricos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VISENTINI, P. G. F; PEREIRA, A. D; MELCHIONA, H. H. **A Revolução Coreana**. São Paulo: Unesp, 2015.

VITORINO, C. A; VITORINO, W. R. M. Xenofobia: Política de Exclusão e de Discriminações. **Revista Pensamento Jurídico,** [*s.l.*], v. 12, n. 2, p. 92-116, dez. 2018. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Pensamento-Jur_v.12_n.2.04.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

WALKER, B. L. **História concisa do Japão**. São Paulo: Edipro, 2017.